

**GEOGRAFIA, MERCADO E UNIVERSIDADE: CONTRIBUIÇÕES AO
ENTENDIMENTO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E
SOCIAIS NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE**

ALOYSIO MARTHINS DE ARAÚJO JUNIOR¹²

Resumo

O artigo trata de introduzir algumas questões para reflexão e debate sobre alguns pontos essenciais na atual conjuntura nacional, quais sejam, a relação entre mercado, universidade e o papel da geografia. Isto se mostra importante, dadas as profundas modificações sociais, tecnológicas e econômicas que o Brasil tem vivenciado nos últimos vinte anos. Até então, uma economia ancorada em produtos agroexportadores, nas duas últimas décadas, a inserção econômica e comercial brasileira tem dirigido esforços em aumentar exportações de produtos industrializados com alta intensidade tecnológica. Por outro lado, as exigências sobre a formação de mão-de-obra qualificada e especializada têm recaído sobre as Universidades para que estas dêem conta da formação de tais profissionais. Nesse contexto, as ciências humanas de modo geral e a geografia em particular, têm um papel de destaque: se por um lado a sociedade exige mais técnicos, por outro, é preciso forjar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Todavia, não está em jogo o que é mais importante, as ciências humanas ou as exatas, mas sim, qual o projeto de nação que se almeja no presente e num futuro próximo.

Palavras-chave: Mercado; Universidade; Geografia.

Abstract

The article introduces some subjects for reflection and discussion on some essential points in the current national conjuncture, which they are, the relationship among market, university and the paper of the geography. This is shown important, given the deep modifications social, technological and economical that Brazil has been living in the last twenty years. Until then, an economy anchored in products for agroexportations, in the last two decades, the economical insert and commercial Brazilian has been driving efforts in increasing exports of products industrialized with high technological intensity. On the other hand, the demands about the formation of qualified and specialized labor have been relapsing about the Universities so that these give bill of the such professional's formation. In that context, the humanities in general and the geography in matter, they have a prominence paper: if on one side the society demands more technicians, for other, he is necessary to forge citizens conscious of his role in the society. Though, he is not in game that is more important, the humanities or the exact ones, but, which the nation project that is longed for in the present and in a close future.

¹² Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina.
aloy시오@ced.ufsc.br

Key words: Market; University; Geography.

Introdução

O ensino superior no Brasil passa por grave crise conceitual e tem de (re)descobrir sua nova função social e política. Tal crise, por outro lado, pode ser considerada como um estímulo a se buscar novos caminhos para um ensino superior de qualidade que atenda os princípios norteadores para uma educação voltada à cidadania e a um projeto político de nação, como ainda falta ao Brasil.

Ao mesmo tempo, as necessidades e demandas sociais e produtivas recaem sobre a Universidade para que esta possa dar respostas em um tempo que não é, na maioria das vezes, respeitado pela função que esta instituição tem dentro da sociedade. Assim, estabelecem-se prioridades mais gerais onde se destaca a premência de um ensino voltado às necessidades primeiras do grande capital em detrimento de setores sociais considerados carentes e que são também importantes num projeto nacional.

Disto decorre que na fase atual da sociedade brasileira, particularmente àquelas ligadas ao setor produtivo privado, muito se tem cobrado das Universidades uma melhor formação de seus egressos. Entretanto, há que se considerar, criticamente, até onde o ensino superior deve estar atrelado às exigências do chamado "mercado".

Dessa forma, a economia nacional procura adaptar-se às exigências de uma base industrial calcada num modelo exportador e importador de produtos com alta intensificação tecnológica. Além disso, há uma forte pressão por parte das economias desenvolvidas que exigem a "livre concorrência" para seus produtos e métodos de produção mais sofisticados. Entretanto, a Universidade não pode submeter-se aos ditames do mercado, pois este é instável e dinâmico, do ponto de vista empresarial.

Assim, isto leva a um questionamento que merece especial consideração: qual o papel das Universidades diante de um mundo em rápida transformação e, no caso brasileiro, premido pelas necessidades do grande capital?

Tal discussão avança sobre o papel da Geografia, enquanto uma ciência que pode auxiliar a pensar os problemas atuais da sociedade brasileira, suas formas de estruturação econômica, social e espacial e as resoluções para tais problemáticas.

Para se compreender as transformações no espaço geográfico, há que se desvendar como os homens, em sociedade, atuam – não apenas sobre o território, mas

como organizam esta configuração territorial e também sobre a própria sociedade em que vivem. Tais transformações ocorrem de maneira desigual ao longo do tempo, tornando necessário uma retomada histórica deste processo. Diante disso, esta realidade está circundada em sua totalidade e complexidade, envolvendo a sociedade e a natureza.

Um dos papéis da geografia é entender o espaço produzido (transformado pela sociedade), suas dicotomias e contradições, as relações de produção da vida material e a apropriação que a sociedade faz sobre a natureza. Isto está implícito nas relações entre os homens que produzem o espaço transformado, pois este é também reflexo da divisão social em diferentes períodos históricos, numa perspectiva dinâmica. Nesse sentido é pertinente se perguntar: qual a importância da Geografia em tentar compreender e refletir sobre a sociedade atual e dar respostas para as diferentes problemáticas que se colocam? É preciso, pois, encontrar soluções que conjuguem as necessidades de um ensino de qualidade com as imensas demandas sociais que o país têm.

Sociedade, Economia, Universidade

A partir do momento em que as sociedades se tornaram mais complexas, a técnica¹³ passou a ser o principal recurso material de sua existência. Ao final do século XVIII, a introdução de máquinas no processo de produção de mercadorias levou a uma tecnicização da sociedade. Esta, então, passou a organizar-se em função das atividades produtivas e a distanciar-se da perspectiva natural. Isto significou um avanço tecnológico sem precedentes para a humanidade, subjugando a natureza às necessidades de ampliação da capacidade produtiva, o que acarretou grandes danos ambientais. Entretanto, isto não era propriamente uma preocupação das sociedades da época. Somente na última metade do século XX é que a questão ambiental (seus problemas e possíveis soluções) passou a se tornar fonte de preocupações e de estudos mais aprofundados.

Em sentido mais amplo, é preciso considerar que no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo os países industrializados desenvolvidos foram aqueles que tiveram uma maior participação do Estado, sendo este primordial para a maturação de seus respectivos parques produtivos e qualidade de vida para suas respectivas populações. Ainda hoje, nestes países, os governos têm mantido políticas que aproximam Estado e

¹³ Técnica ou tecnologia pode ser definida como um método de se fazer alguma coisa. A utilização deste método exige três elementos essenciais: informação sobre este método, como empregá-lo e como compreendê-lo (DAHLMAN; WESTPHAL, 1983).

iniciativa privada, definindo setores que necessitem de proteção para aumentar sua competitividade interna e externa.

No Brasil, os grandes grupos econômicos internacionais, atraídos por subsídios federais e estaduais, viram uma excelente oportunidade de acumulação de capitais. Além disso, as privatizações que ocorreram em toda a década de 90, delegaram aos agentes do mercado as decisões de investimentos. Sendo assim, setores que eram considerados estratégicos ao país (energia elétrica, ferrovias, telecomunicações, mineração e outros) foram entregues à iniciativa privada. É importante salientar que nem sempre os interesses do grande capital privado são os mesmos da sociedade. Aliado a estes fatores internos, para controlar a inflação neste período, a política cambial valorizada e o aumento das importações, fizeram com que o país aumentasse significativamente suas dívidas interna e externa.

Para que o processo de desenvolvimento econômico e social nacional se efetive, é necessário também que o Estado incentive programas voltados à Pesquisa & Desenvolvimento, a qualificação da mão-de-obra e que se privilegie o mercado interno, como fazem os países industrializados. Ao não contemplar o mercado interno, o país deixa de dinamizar internamente a economia, buscando recursos nas exportações, como forma de gerar divisas, apenas assentado em produtos agropecuários e em produtos industrializados com baixo valor agregado. É preciso, portanto, que se faça uso dos recursos disponíveis internamente e se planeje de forma eficiente quais setores deverão receber incentivos para poder competir no mesmo nível que as empresas multinacionais aqui instaladas ou que disputam o mercado mundial.

Autores que defendem a globalização (PORTER, 1993; OHMAE, 1991) afirmam que a função dos Estados nacionais acabou, que as fronteiras não mais existem e que as ações produtivas foram transferidas aos agentes do mercado. Estes atuam com poder de determinar os rumos de todas as operações econômicas e financeiras dos países, por meio das empresas multinacionais que não mais teriam obrigações ou raízes com seus países de origem. Todavia, afirma Gorender (1995, p. 96-7):

Dotado que seja de relativa autonomia decisória, o Estado nacional é sempre o garante de determinada organização econômica e sócio-política. Tomada em conjunto, sua atuação defende e mantém o ordenamento institucional necessário a determinada dominação de classe. (...) Sem o poder legitimador e coercitivo do Estado, não haveria sequer como explicar a própria existência do capital

financeiro. Do ponto de vista estritamente econômico, o Estado conserva sua força, mesmo após as mudanças liberais dos últimos tempos.

Ainda de acordo com este autor, não se pode afirmar que os Estados nacionais deixaram de exercer seu poder e papel centralizador na tomada de decisões em políticas de desenvolvimento. E, muitas vezes, eles o fazem em conjunto com as próprias empresas ou setores preestabelecidos entre os agentes econômicos. Para Hirst; Thompson (1998, p. 18), (...) "as tendências à internacionalização podem ser acomodadas dentro de uma visão modificada do sistema econômico mundial que ainda atribui um papel importante às políticas e atores no nível nacional".

Corroborando tais afirmativas, relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em fevereiro de 2004 (FOLHA DE S. PAULO, fev. 2004, p. B1), aponta as imensas desigualdades entre países ricos e pobres depois do advento da chamada globalização. Tal estudo indica que entre 1985 e 2000, o PIB em 16 países em desenvolvimento cresceu mais de 3%, em 32 países cresceu menos de 2% e em 23 países houve retração. Além disso, o grupo dos países mais ricos do mundo, que representa 14% da população mundial, domina metade do comércio mundial. No começo dos anos 60, a renda *per capita* das nações mais pobres equivalia a US\$ 212, enquanto nos países mais ricos era de US\$ 11,417; em 2002, tais índices indicavam respectivamente, US\$ 267 e US\$ 32,339.

No Brasil, a participação do Estado como fomentador para o desenvolvimento econômico sempre foi de grande atuação e importância, notadamente entre as décadas de 1930 até meados dos anos 80¹⁴. Entretanto, a partir da metade dos anos 80 e intensificado no início dos 90, esta função tem sido transferida à iniciativa privada. As premissas para

¹⁴ Este período ficou denominado como nacional-desenvolvimentista, quando o crescimento econômico e social se deu a partir da instalação de uma estrutura industrial e formação de um mercado consumidor interno. Entretanto, o final dos anos 80 e início dos 90, as políticas econômicas praticadas não deram os resultados esperados e o país entrou em profunda crise econômica e social. A partir dos anos 90, adotou-se como modelo econômico o afastamento do Estado do setor produtivo, sendo substituído pela iniciativa privada. Isto também se verificou no campo educacional, com o estímulo à formação de grandes grupos empresariais. Em decorrência aumentou-se o número de vagas no Ensino Superior (sem, contudo, melhorar a qualidade de ensino) e, também, elevada taxa de matrículas nos níveis Fundamental e Médio. Isto tem trazido sérias conseqüências, tais como: precarização do trabalho docente, ensino voltado essencialmente ao mercado de trabalho, com pouca ênfase na aprendizagem voltada à cidadania etc.

esta nova direção foram (e são) as políticas neoliberais, que são o corolário da globalização, implementadas mais efetivamente a partir do referido período¹⁵.

Assim, pode-se considerar que o Brasil, ao adotar as políticas neoliberais após o início dos anos 90, transformou sua economia em apêndice do capital financeiro internacional e das empresas multinacionais (o que já vinha fazendo desde os anos 60-70). Deve-se considerar que um dos problemas é o afastamento do Estado brasileiro da função de promotor de políticas de desenvolvimento, deixando às regras do mercado que se auto-organizem. Isto pode ser uma temeridade, pois ao não definir os setores estratégicos e não praticar políticas de apoio ao capital nacional, o Estado os deixará aos interesses de outros países, colocando em risco a própria soberania nacional.

No Brasil, a partir do governo Fernando Collor de Mello (1990-92) e aprofundado nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), tais "recomendações" foram sendo implementadas de maneira quase acrítica. Nesse sentido, a avaliação sobre o papel do Estado seria que este não poderia ter as mesmas funções que vinha tendo até então, pois havia esgotado sua capacidade de investimentos e de planejar o desenvolvimento estratégico. O novo promotor do desenvolvimento deveria ser o "mercado", apresentado como fórmula da modernização.

No âmbito educacional deve-se considerar que o Ensino em todos os seus níveis vem sendo constantemente depreciado e, por outro lado, existe um direcionamento à criação e formação de uma classe elitizada, estabelecida em escolas e Universidades privadas e públicas¹⁶.

O sistema público estatal enfraquecido e sem perspectivas – caso permaneçam as políticas dominantes – tem o seu quadro de professores na prática materialmente impossibilitados de buscar aperfeiçoamento, renovação, de modo constante. Já o sistema privado de ensino, cada vez mais escravizado à lógica do mercado, burocratiza as metodologias pedagógicas, enfeitando-as com signos da modernidade, tais como a informática e o marketing e subordina a fruição do conhecimento a outros objetivos, que não a educação como um valor social. A educação assim tratada mais se aproxima das novas formas de lazer, como é possível ser constatado nas publicidades de grandes empreendimentos educacionais (OLIVA, 1999, p. 38).

¹⁵ O neoliberalismo, grosso modo, pode ser caracterizado como um conjunto de medidas que diminui a atuação dos Estados nacionais. Segundo seus defensores, os Estados não mais teriam as funções de fomentadores e articuladores do processo de desenvolvimento econômico e social, colocando-as sob responsabilidade dos agentes do mercado (iniciativa privada).

¹⁶ Claro que o melhor rendimento escolar está associado com padrões de qualidade de vida mais elevados, tais como alimentação, moradia, saneamento básico, renda familiar etc. Na sociedade brasileira, bastante desigual, isto somente é usufruído por alguns grupos sociais, com maior poder político e econômico.

Acrescente-se ainda que as políticas neoliberais têm tentado implementar um sistema de gestão no campo educacional aliando a eficiência, a produtividade e os conceitos de qualidade total (GENTILI, 1995). Todavia, a educação não deve ser tratada como uma mercadoria, como se fosse produzida no chão-de-fábrica. Isto irá se refletir no mercado de trabalho e na formação de mão-de-obra, pois se pode observar maior exigência de escolaridade no setor produtivo em função das necessidades do grande capital internacional (e nacional) que requer uma força de trabalho mais qualificada para a introdução de inovações tecnológicas em suas respectivas unidades produtivas¹⁷. Além disso, as inovações tecnológicas, historicamente, simplificam os processos produtivos, tornando-as tarefas rotineiras.

Nos países desenvolvidos, novas tecnologias geram novíssimas tecnologias, ou seja, o aperfeiçoamento leva a novos conhecimentos, pois têm seus parques produtivos em bases capital-intensivas. Estes países possuem alta produtividade e mercados consumidores mais sofisticados, com maior capacidade de consumo. Entretanto, estas novíssimas tecnologias são pouco adequadas aos países em desenvolvimento, pois nestes, as novas tecnologias ou as mais antigas podem ser adaptadas às condições de seus parques produtivos, da qualificação de sua mão-de-obra e de seus respectivos mercados internos (ARAÚJO JUNIOR, 2003).

O desenvolvimento capitalista está associado à sua capacidade de inovar e permitir condições para que as empresas possam utilizar em graus bastante elevados os aperfeiçoamentos técnicos que permitam maior acumulação de capital por parte das empresas inovadoras. Dessa forma, a introdução de novas tecnologias é um importante meio de reprodução e ampliação do capital.

O conhecimento empírico é diferente do conhecimento científico. Este último deve buscar elementos para o entendimento de uma determinada realidade a partir da reflexão e críticas permanentes sobre seu objeto epistemológico, bem como dos pressupostos ontológicos de cada disciplina.

¹⁷ Muitas vezes a exigência por qualificação serve ao capital para justificar os seus mecanismos de exclusão e o "lugar" que cada um ocupa na sociedade, pois nem todos têm acesso a educação e formação profissional adequadas às necessidades do mercado de trabalho.

É sabido que a introdução de modelos racionalistas de ensino compôs a resposta possível em relação à expansão dos sistemas escolares na segunda metade do século XX. Tentou-se dar uma resposta útil, porém, simplista. Hoje é pertinente ressaltar que a complexidade da sociedade é refletida nas relações humanas, sobretudo nas escolas, dado que grande parte dos atores educacionais encara a convivência como valor fundamental e repele um centralismo exclusivo nas aprendizagens escolares (NÓVOA, 1995).

Assim, a Universidade, o ensino, de modo geral, passa a criar mecanismos em função das exigências da livre iniciativa, cada vez mais atuantes no espectro político-educacional. Distanciam-se as verdadeiras aspirações de um ensino voltado à formação de cidadãos, e aproxima-se de uma formação utilitarista.

Apesar ou por conta das instabilidades vividas pelo Ensino (Fundamental, Médio e Superior), a moderna ciência educativa estruturou determinados padrões, formas de agir (interagir) que estabeleceram seus referenciais norteadores (LEITE, 2001). Dessa forma, a profissão docente está no âmago destas instabilidades e conflitos, sendo ela própria, resultado e gerenciadora da instabilidade. Diante das novas exigências da sociedade brasileira em geral e devido às recentes transformações tecnológicas, econômicas, produtivas e sociais é inegável a importância da qualificação na formação de profissionais, particularmente ligados à Ciência Geográfica (Bacharéis e Licenciados).

Tais considerações levam a reflexões que se inserem no ensino de geografia, enquanto ciência próxima à sociedade e suas demandas pelo reconhecimento e conhecimento da realidade na qual está inserida. O ensino de geografia deve estar contido num ambiente de reflexão crítica acerca dos problemas materiais e sociais de cada sociedade, além de ser instrumento de mudanças políticas na formação de docentes. Isto leva a repensar sobre o papel da escola, pois:

[...] ao estar inserida numa sociedade dividida por interesses antagônicos, a escola é um campo de luta de classes: serve para a reprodução das relações de dominação, para a preparação de forma de trabalho dócil ao capital, e como inculcadora da ideologia dominante [...] (VESENTINI, 1998, p.110).

O Educador deve ter uma função de facilitadora para o educando. Ou seja, a escola não é o local de trabalho, não é um sindicato e não é também um partido político

aonde os alunos irão "se conscientizar". Então, a escola deve ser o *locus* privilegiado onde o estudante pode se aperceber de suas potencialidades e cabe ao professor e à própria instituição educacional permitir que o educando se desenvolva plenamente.

Para tanto são necessários investimentos em educação de qualidade, contemplando todos os ramos científicos (humanas, biológicas, exatas), pois, uma sociedade, uma nação, não se forja apenas com técnicos e engenheiros.

Geografia e Sociedade

A geografia, sistematizada como ciência, surge na segunda metade do século XIX, em meio a um contexto de expansão dos Estados nacionais europeus. Conjugada à expansão e consolidação do modo de produção capitalista, este servirá como base teórica de reprodução ideológica e política no ensino de geografia.

Num primeiro momento, a geografia será essencialmente descritiva dos aspectos físicos (formas do relevo, hidrografia etc.), pouco relacionando-os aos aspectos humanos (população, atividades econômicas, entre outros fatores).

A geografia, num passado recente, buscou uma renovação teórica, introduzindo novas orientações metodológicas sobre seu objeto de investigação. O estabelecimento de problematizações empenhou-se em ter uma maior compreensão do mundo e das relações internas da sociedade brasileira e desta com o restante do mundo, não como uma visão explicativa unilateral, mas de aproximação do objeto geográfico com um distanciamento e rigor que são exigidos por uma análise científica. Este distanciamento e rigor científico é que diferencia o empirismo do objeto geográfico.

Para a Geografia e outras ciências humanas é necessário que se compreenda a formação econômica e social; para se entender como a sociedade se organiza para a reprodução da vida, de sua existência. A história de uma sociedade não pode ser interpretada como fatos estáticos e isolados de um contexto maior – social, político e econômico.

Para esta ciência, entende-se que a sociedade e as relações sociais que permeiam a vida em sociedade são feitos de processos reais, ou seja, a relação entre a sociedade e seu espaço de vivência e produção. Qualquer sociedade em qualquer tempo histórico estabelece determinados modos de relação com seu espaço, ou seja, valoriza-o. Contudo, o espaço possui limites, cujo traçado não é constituído por linhas rígidas, mas por

zonas que delimitam o espaço de recursos necessários à reprodução biológica e cultural desse grupo social. Assim, toda sociedade delimita um espaço de vivência e produção e organiza-o para dominá-lo, transformando-o em seu território; isto seria a projeção territorializada de suas próprias relações de poder.

Independente do estágio de cada sociedade, esta organiza o território de acordo com uma relação espaço-poder que é uma relação sócio-política por excelência. À medida que uma determinada sociedade se torna mais complexa o espaço político aumenta, pois representa uma ruptura no interior desta sociedade, ou seja, institucionaliza uma determinada correlação de forças marcada pelo conflito.

No Brasil, um período que se pode considerar um marco referencial de profundas mudanças sociais, políticas e econômicas situa-se nos acontecimentos decorrentes da chamada Revolução de 1930. Esta elevou ao poder os grandes latifundiários, principalmente os do Rio Grande do Sul, que substituíram, enquanto classe dirigente, a oligarquia paulista, cujas bases se assentavam na exportação de café. Posteriormente seria esta nova classe dirigente em aliança com setores sociais ligados à indústria nacional (ainda nascente), que alavancariam a industrialização do país (RANGEL, 1981).

Há, todavia, uma especificidade de cada lugar histórica e geograficamente determinada. As formações sociais são processos que particularizam determinadas combinações de diversos componentes. Cada região passa por processos próprios de desenvolvimento (complexização de fatores sociais, políticos, naturais etc.).

Depois de 1930, a associação política entre latifundiários ligados ao mercado interno com uma burguesia industrial nascente, forjará as lideranças políticas do país. Sob esse prisma, as relações de poder e visões de mundo que passaram a ser adotadas, deram os matizes ideológicos da formação social e econômica brasileira, apoiados por um amplo aparato autoritário e militar (PESAVENTO, 1988). Isto ficaria mais explícito na ditadura de Getúlio Vargas em 1937 e no golpe militar de 1964.

Há que se considerar também que a formação de classes sociais no Brasil somente se estruturou efetivamente a partir de meados do século XX, quando se inicia mais vigorosamente sua industrialização¹⁸. Significou o surgimento e organização da classe de

¹⁸ Não se desconsidera que antes desse período já existia uma classe operária atuante. Todavia, o intenso processo de industrialização e a necessidade cada vez mais premente de mão-de-obra fizeram com houvesse

trabalhadores industriais que irão reivindicar modificações nas relações entre capital e trabalho. Enquanto a burguesia se coloca como classe opositora ao sistema vigente, quando ainda não existia ou era insignificante o movimento operário, que não ameaçava os interesses da primeira, era possível se fazer um tipo de ciência voltada ao rigor científico, imparcial. Entretanto, no momento em que tal burguesia se torna classe dirigente, dominante, sobretudo a partir de 1930, e que surge no espectro político, social e econômico novos atores, a burguesia já não pode mais se dar ao luxo desse tipo de objetividade científica. Necessita agora de uma legitimação de seus interesses, de uma ideologia, de uma visão de mundo a serviço de sua posição de classe (LÖWY, 1985).

Conceitualmente, é preciso observar que numa sociedade, comandada pela burguesia, esta tenta, por diferentes formas, ocultar as diferenças sociais. A divisão social precisa ser camuflada para que se crie uma coexistência pacífica entre os seus habitantes, independente de sua condição econômica ou social. Articulada através de um discurso ideológico de ordem social, despolitiza o debate democrático e retira a capacidade de reflexão acerca dos problemas vividos pela comunidade e evita o questionamento da própria expansão do sistema capitalista (PESAVENTO, 1988).

As modificações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas ocorridas durante as décadas de 1930 a 1980 fizeram com que o sistema de ensino no Brasil também passasse por transformações estruturais.

Por exemplo, tem-se a legislação que norteou a organização dos cursos de Licenciatura – Lei 5.692/71, que, de certa maneira, contribuiu para a fragmentação e deterioração destes cursos, particularmente no tocante à orientação curricular com ênfase na disciplina e nos conteúdos, tendo a carga horária direcionada a esse eixo de formação.

Já a Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9.394/96, salienta as proposições de um novo referencial curricular, onde os conteúdos ou disciplinas não têm suporte pedagógico em si próprios, mas são os meios para a formação e configuração de competências. Nas diversas Resoluções e Pareceres que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) em Nível Superior, cursos de Licenciatura e de Graduação Plena, indicam seus princípios

um forte processo de êxodo rural, dando formas ao processo urbano verificado nos dias atuais e à formação de uma classe trabalhadora mais organizada e consciente de seu papel histórico dentro do capitalismo nacional.

norteadores: a aprendizagem por competências, a coerência entre formação oferecida e prática profissional, a pesquisa como essência da formação profissional do educador, entre outros atributos.

Então, se coloca no cerne da questão: de que forma a geografia se (inter)relaciona com os processos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos no processo de conhecer, explicar e analisar seu objeto e a própria sociedade? E, mais ainda, como se dá a estruturação de seu sistema de ensino e demandas profissionais, depois que o país passou a adotar uma política denominada neoliberal?

Até o século XIX a discussão sobre o objeto da geografia girou por muito tempo em torno de sua materialidade. Posteriormente, os estudos avançaram sobre as questões da circulação e concentração de capitais, estes de domínio imaterial (SORRE, 1984). Portanto, sob a égide contemporânea do capitalismo monopolista, que domina as relações sociais e políticas, tendo a técnica (tecnologia) sobrepujado as questões econômicas, o geógrafo não pode subestimar o estudo deste mundo em transformação sem ampliar seu campo de visão sob a pena de tornar seu olhar e compreensão da realidade obsoletos.

A Geografia tem passado por grandes transformações nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 70 do século XX, quando surge a chamada Geografia Crítica. Segundo seus representantes, esta emerge em função da necessidade de se criar uma alternativa à Geografia Tradicional, pois questionava a geografia ensinada nos livros didáticos e em salas de aula, essencialmente descritiva e sem aprofundamentos que explicavam a relação entre a sociedade e o meio ambiente e entre os homens em sociedade.

O materialismo histórico-dialético e a Geografia Crítica

Antes de discutir os pressupostos da Geografia Crítica é preciso compreender os arcabouços filosóficos e ideológicos que servem de base ao pensamento geográfico crítico. Marx e Engels são considerados os fundadores de uma nova perspectiva para a compreensão das relações sociais e destas com a natureza, colocando no centro de suas análises a questão do trabalho enquanto produto social¹⁹. Para estes autores, a análise das

¹⁹ A partir do surgimento do Positivismo e outras ciências sociais que tentavam explicar o funcionamento das sociedades, uma destas teorias afirma que a atividade econômica busca a satisfação das necessidades humanas numa relação entre o homem e o meio físico e o homem atribui valor aos objetos e aos serviços, na medida em que estes satisfazem suas necessidades. Ou seja, é na atividade econômica que o homem dá valor às

relações sociais deve ser centrada a partir de uma visão de totalidade. Neste caso, o homem está integrado ao meio natural, pois ele mesmo é natural. Foi com os estudos de Engels²⁰, no entanto, que esta visão integradora homem-natureza, tomou maior importância para grande parte dos cientistas sociais e, mais tarde, também para os geógrafos. Para este autor, o homem é um ser natural que vai se transformando com a natureza e, por conseguinte, a dialética humana deve ser apreciada em conjunto com a da natureza.

A dialética é um dos conceitos caros à teoria marxista. Marx e Engels, a partir das concepções de Hegel, entendiam o movimento como tensão entre opostos, e com isto, anteviam possibilidades de transformações sociais. Para a dialética marxista, a atividade humana é um processo de totalização, ainda que nunca se chegue a uma etapa final. Há totalidades mais ou menos gerais e o nível de totalização necessário depende das questões que se pretende analisar (KONDER, 2000). Para Marx o ser humano é a expressão de toda sua vida material e social, ou seja, produtor e produto das relações sociais.

Na busca de formas de investigação que permitissem refletir criticamente sobre a realidade obteve-se a aproximação de uma metodologia que usa como referência a dialética marxista. A análise sobre a realidade, na ótica marxista, pressupõe iniciar-se do mais complexo, mesmo sendo abstrato, para o mais simples e concreto, voltando ao complexo, que pode ser apreendido de maneira concreta. Assim, tem-se uma situação que avalia o todo e as partes, mas que não é possível pensar o primeiro (o todo) sem as últimas (as partes) e vice-versa. Deve-se, então, verificar tanto o que une as partes entre si com o todo, bem como as contradições entre esses. A realidade deve ser pensada descobrindo, construindo e reconstruindo as realidades, por meio de sínteses e análises. Contudo, pode-se dizer que não existe propriamente um método, mas diferentes estratégias de investigação que têm como referência a dialética marxista.

Outro procedimento marxista que será bastante utilizado por várias ciências e também pela geografia é denominado Materialismo Histórico. Marx estudou a sociedade capitalista dentro de uma abordagem histórica. Para focar sua atenção sobre as relações que determinam os rumos da história, simplificou as complexas relações de causa e efeito que

coisas, que irá depender de seu grau de necessidade. Tais necessidades serão transformadas a partir da retirada de recursos que estão à disposição na natureza (SINGER, 1983). Portanto, esta é uma visão que afasta o homem do meio natural, este estando à sua disposição.

²⁰ A primeira publicação da "Dialética da Natureza" data de 1927 em *Marx-Engels Archiv*, II (BOTOMORE, 1983).

interligavam as várias faces dos sistemas sociais, ou seja, as idéias, religião, costumes, moral, instituições econômicas e sociais existentes em todos os sistemas sociais (HUNT; SHERMAN, 2000). Segundo Marx (1985), as forças econômicas são as responsáveis pelas transformações em diferentes setores da sociedade e, portanto, pelos rumos da história. A marcha dos acontecimentos nesta perspectiva se daria em diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas materiais de uma determinada sociedade. As mudanças sociais dar-se-iam primordialmente das contradições de tais forças produtivas com o avanço das condições materiais de produção de mercadorias. O trabalho emerge como principal veículo de transformações, onde o homem domina a natureza, humanizando-a e transformando a si próprio. Dessa forma, o trabalho resulta da divisão social na apropriação dos meios de produção por parte de uma classe social, decorrente da diferenciação social de uma sociedade, principalmente sob o capitalismo. Neste, o processo de produção fundamenta-se na socialização da natureza inerente à gênese e desenvolvimento dos Modos de Produção das Formações Econômicas e Sociais²¹. Entende-se que a socialização da natureza ocorre quando há a transformação da primeira natureza em segunda natureza e isto se dá pelo trabalho humano na produção e reprodução de sua subsistência.

A perspectiva marxista subsidiou os avanços na ciência geográfica para a compreensão de diferentes realidades que se apresentavam aos pesquisadores e por isso a Geografia Tradicional e a Positivista (ou Pragmática) não mais davam respostas às necessidades do conhecimento geográfico, principalmente a partir da década de 70 do século XX.

É evidente que muitas críticas foram feitas a esta nova postura da Geografia, pois isto colocava em xeque a própria manutenção do capitalismo e sua ideologia. Nesse sentido, o embate deixa de ser apenas acadêmico (como se isso fosse possível) e toma uma conotação também política, de acordo com a visão de mundo de cada geógrafo, de cada pesquisador²².

²¹ Marx irá periodizar a história em diferentes modos de produção (o Coletivo, O Escravista, o Feudal e o Capitalista), cada um sendo hegemônico até que sobrevenha um novo modo de produção; todavia, o modo anterior ainda mantém resquícios no modo de produção seguinte, convivendo dialeticamente (HUNT; SHERMAN, 2000).

²² No movimento de renovação do pensamento geográfico a partir da década de 1970, outras correntes surgiram. Merece ser citada as contribuições da Fenomenologia, cuja base teórica indica em descrever um

Os representantes desta corrente dão um caráter de denúncia à Geografia, em oposição à ciência praticada até aquele momento que servia como instrumento para o capital e para os Estados Maiores (militares).

Organização do espaço e industrialização

Um dos problemas que se coloca para as ciências sociais é do desenvolvimento desigual entre os países e mesmo entre as várias regiões de um mesmo país. Sendo assim, várias ciências vêm tratando deste assunto, especialmente a partir de meados dos anos 60, quando o tema tomou maior importância, principalmente entre os países desenvolvidos. Uma das questões que a ciência geográfica aborda é sobre a organização espacial. Conforme Santos (1977, p. 80):

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

A noção de Formação Econômica e Social (F. E. S.) está associada ao processo histórico. Cada fração de uma determinada sociedade forma um todo. Portanto, é preciso levar em consideração as transformações políticas (crises, transições, instituições jurídicas etc.) pelas quais passa um país. Para isso, é necessário distinguir os seus modos de produção e formação social e considerá-los como metodologia de um estudo. Ainda de acordo com Santos (1977, p. 85): "O modo de produção seria o 'gênero' cujas formações sociais seriam as 'espécies'; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização, e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada".

No processo de produção do espaço geográfico, a F. E. S. está inserida diretamente nas relações concretas ditadas pela história de uma sociedade geograficamente localizada no tempo e no espaço; ou seja, ela é um objeto concreto que existe independente

do fenômeno imediato, incorporando a cultura, as representações e seus significados, a vida cotidiana de homens e mulheres. Nesse sentido, suas análises se aproximam do existencialismo e do marxismo. Também chamada de Geografia Humanista, os conceitos de lugar, de paisagem e de espaço assumem novas perspectivas de entendimento. Outra corrente é associada à chamada Geografia Pós-Moderna. Num contexto de ampliação do discurso e práticas neoliberais, principalmente no início dos anos 80, concebe-se as transformações da sociedade a partir do uso intensivo de novas tecnologias, ligadas não somente à produção, mas também à tecnologia da informação. A redução da participação do Estado na atividade econômica e em setores sociais, conjugadas com alterações nas relações de trabalho e novas formas de produzir e consumir deram uma nova dimensão que Milton Santos (1997) denominará Período Técnico-Científico-Informacional.

de seu conhecimento, mas não pode ser definida a não ser por sua própria apreensão. Sobre isso, Santos (1977, p. 87) afirma que:

[...] as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O 'valor' de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional. [...] a localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades 'externas', aquelas do modo de produção 'puro', quanto pelas necessidades 'internas', representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura de classes, isto é, a formação social propriamente dita.

Em outros termos, o modo de produção capitalista tem a capacidade de criar estruturas e formas espaciais que contemplem a otimização do processo de produção. Isto pode ser verificado historicamente nas relações entre os países centrais e os da periferia do sistema, onde o Brasil se situa. Portanto, as transformações sociais e políticas estão diretamente interligadas ao novo modo de produção e à formação social.

A organização do espaço no sistema capitalista é realizada pelas próprias relações que vão se estabelecendo para a reprodução e a acumulação do capital. De acordo com Santos (1994, p. 115):

O espaço pode ser definido como resultado de uma interação permanente entre, de um lado, o trabalho acumulado, na forma de infra-estruturas e máquinas que se superpõem à natureza e, de outro lado, o trabalho presente, distribuído sobre essas formas provenientes do passado. O trabalho morto, sobre o qual se exerce o trabalho vivo, é a configuração geográfica e os dois, juntos, constituem, exatamente, o espaço geográfico.

Santos (1996), em seu livro, "Por uma Geografia Nova", infunde a idéia do objeto da geografia. Em sua concepção, o espaço deve ser estudado como uma relação social que articularia os arranjos espaciais de acordo com o modo de produção. É necessário, ainda, compreender como se dão os arranjos espaciais dentro de uma sociedade, esta mesma, sendo desigual. À medida que o capitalismo avança, mais áreas e instrumentos são apropriados para a ampliação e reprodução do capital. Novas tecnologias surgem e são colocadas a serviço de determinadas classes sociais. Dessa forma, o espaço passa a ser mediado pelo nível e intensidade da tecnologia que se incorporou ao território.

Os processos reais, ou seja, a relação entre a sociedade e seu espaço de vivência e produção devem levar em conta que qualquer sociedade, em qualquer tempo histórico, estabelece determinados modos de relação com o espaço, isto é, valoriza-o de acordo com parâmetros próprios (Santos, 1996).

A Geografia Pragmática (ou Quantitativa) é a primeira a definir o espaço como objeto da ciência geográfica. Contudo, a Geografia Crítica, frente à Geografia Tradicional, concebe o conceito de espaço, que seria o objeto da geografia, a partir da discussão do que vem a ser o território. Este, conceitualmente, é uma determinada organização social da produção, distribuição e consumo de bens e serviços; é também um regime político, com instituições particulares, decorrentes de uma história comum; e é ainda um conjunto de leis e normas que ordenam a existência de um conjunto social em suas relações internas. A criação das fronteiras é a delimitação espacial do Estado ou o ponto de contato com o mundo exterior, que se expressa nas leis, organizações e no poder de mando. Por outro lado, o Estado é realidade invisível que se eleva por trás dos espaços assimétricos visíveis no planisfério (mapa) político.

Portanto, o território é diferente do espaço. Apenas quando os atores sociais se apropriam de um espaço é que este se torna território, ou seja, territorializam o espaço. Tais atores sociais projetam no espaço suas representações de poder, criando uma "rede de relações" e "práticas espaciais" projetadas no "espaço territorializado". Tais organizações e agentes políticos, nas escalas regionais e locais, definem suas práticas políticas (SANTOS, 1997).

Na perspectiva da Geografia Crítica o arranjo espacial é percebido como a manifestação da sociedade, isto é, indica o modo de socialização da natureza. Significa a modificação da primeira natureza em segunda natureza, transformada pelos homens, através do trabalho.

As revoluções industriais originadas no centro do sistema capitalista levaram a uma organização do espaço de acordo com as suas necessidades para a reprodução e a acumulação do capital. Entende-se que para a Ciência Geográfica atual, esta análise pode levar a refletir sobre o papel da Geografia e das crises advindas pelo modo de produção capitalista. A mundialização do capital forçou a uma redefinição dos espaços nacionais (não a dissolução de suas fronteiras), regionais e locais e seus papéis na divisão territorial e social do trabalho, quanto a processos, constituições e significações. Além da "quebra" do poder do Estado em intervir no sistema produtivo a eliminar os monopólios e oligopólios, têm levado também a desigualdades nacionais, regionais e locais, com implicações nos arranjos espaciais (MAMIGONIAN, 1999, p. 173). Os estudos mais recentes mantêm o

interesse pelos processos ligados às formas de gestão do território, examinando mais de perto as engrenagens da atividade estatal, formulando e executando políticas públicas territoriais (RAUD, 1999).

Para permitir que tais análises tenham fundamento, deve-se também utilizar ferramentas de investigação e reflexão de outras ciências humanas visando examinar mais completa e criticamente determinados fenômenos geográficos, econômicos, políticos e sociais.

Dessa forma, a sociedade brasileira, historicamente marcada por desigualdades econômicas, sociais e regionais, necessita que sua análise se dê sob diferentes ângulos. Para a compreensão de uma determinada formação espacial, a divisão do trabalho é uma categoria que merece destacada atenção por parte dos pesquisadores²³. Além disso, esta é uma das formas para a explicação da distribuição dos homens e das coisas sobre o espaço terrestre (SANTOS, 1994). As divisões do trabalho que vão se sucedendo historicamente criam novas atribuições aos territórios, transformando e recombinao as características de cada lugar e exigindo, portanto, uma nova organização econômico-espacial.

Santos (1997) busca compreender a realidade através da conceituação do espaço que (...) "seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações". A partir desta noção de espaço geográfico, que, para este autor, é o próprio objeto da Geografia, é possível reconhecer suas categorias de análise, tais como: a formação territorial, a divisão territorial (e social) do trabalho e suas decorrências, ou seja, a própria organização espacial. Ainda de acordo com este autor, deve existir para o geógrafo uma metodologia de análise coerente com seu objeto de estudo. Deve-se buscar na técnica a coexistência de processos evolutivos da sociedade, mas não tratá-la como exclusiva e salvadora para todos os males da humanidade. Isto é, permitir que se entenda historicamente o avanço da técnica e seus desdobramentos para a sociedade e sobre o território em que se situa é uma das premissas do método em geografia.

O território deve ser entendido como um elo entre o mundo, a sociedade nacional e local, dados por seus graus de funcionalidade. Ainda segundo Santos (1997, p.

²³ Além desta, é preciso contemplar uma divisão territorial do trabalho (especialização e função de determinadas regiões) e uma divisão internacional do trabalho, esta nas relações (econômicas, políticas) entre os países.

271-2) [...] "o *particular* é dado pelo país, isto é, o território *normado*; e o individual é o lugar, o território *como* norma". Pode-se afirmar que existe uma certa racionalidade territorial, influenciada pelas dinâmicas mundial, nacional e local. Todavia, esta racionalidade é dada pelos interesses de cada modo de produção em cada tempo histórico, pois o capitalismo cria e recria o território de acordo com seus interesses para reprodução e acumulação de capital.

A partir dos anos 50 do século passado, várias áreas periféricas ao centro do capitalismo mundial passaram a integrar-se numa outra divisão internacional do trabalho. Esta requeria uma nova função a estes países, que passariam de agroexportadores, para exportadores também de produtos industrializados e/ou semi-elaborados. As transformações políticas, econômicas e tecnológicas ocorridas nas duas últimas décadas levaram a novos arranjos territoriais (espaciais). No presente, a sociedade brasileira vem conhecendo mais intensamente esta recriação do território; se há pouco tempo era dado diretamente pelo Estado brasileiro, hoje o aprofundamento da internacionalização do capital no país, tem sido, em boa medida, difundido pelo capital estrangeiro. O território, dessa forma, passa a ser mediado por interesses que estão além do nacional e do local, convivendo dialeticamente.

Se a geografia atual discute o território, a relação da sociedade/natureza toma maior relevância, pois é a partir do território (organizado de acordo com as necessidades capitalistas) que a natureza passa a ser considerada um fator a mais nas relações sociais. Além disso, não é possível a uma única ciência conseguir dar todas as respostas que as demandas sociais requerem, ainda mais num mundo em constantes transformações. É necessário criar instrumentos (e metodologias) que permitam interagir entre os agentes sociais de uma determinada sociedade.

Entretanto, a tradição do ensino de geografia nas escolas indica um forte viés descritivo, principalmente do meio físico. Isto se explica por sua formação histórica como já discutido. Ora, na medida em que há um discurso e prática da observação e descrição dos lugares, retira-se a conotação política sobre o entendimento das transformações verificadas ao longo da história. Significa, em outras palavras, uma despolitização das relações sociais que permeiam a sociedade e como esta se organiza para manter sua existência. Conforme Brabant (1998, p. 18):

Esta predileção da geografia escolar pela geografia física encontra também suas raízes na geografia dos militares. (...) O militar tem necessidade de fazer o inventário de todos os dados úteis ou *potencialmente* úteis para armazenar as informações suscetíveis de

servir-lhe para o futuro. (...) Discurso descritivo, até determinista, a geografia na escola elimina, na sua forma constitutiva, toda a preocupação de explicação. A primeira preocupação é descrever em lugar de explicar; inventariar e classificar em lugar de analisar e de interpretar. Esta característica é reforçada pelo enciclopedismo e avança no sentido de uma despolitização total.

A geografia atual passa por longa reestruturação na formulação de problemáticas que a Geografia Tradicional (e outras correntes) não se colocava. A crise epistemológica se insere num contexto de intensas modificações econômicas e sociais, seja nos países industrializados, seja nos países periféricos ao sistema mundial. Inserida como uma ciência descritiva, a geografia buscou transformar seu pensamento de modo a poder contribuir com um debate mais politizado, enquanto outras ciências e os meios de comunicação retiravam a importância da geografia na explicação de um mundo em transformação.

Considerações Finais

A partir do momento em que o ser humano passou a ter maior conhecimento sobre os processos naturais, primeiramente a partir da observação de seus ritmos e, posteriormente, dominando as técnicas de produção, isto causou uma dissociação entre a sociedade e a natureza.

As decisões e práticas (políticas, econômicas, sociais, culturais) estão inseridas num contexto histórico e social. No passado não muito distante as sociedades se preocupavam com os impactos do crescimento sobre o meio ambiente; no presente existe a preocupação com os impactos do desgaste ecológico sobre as perspectivas econômicas. Esta mudança de foco é reflexa das mudanças sociais e culturais, engendradas a partir do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, toma maior importância a questão da organização do espaço e das atividades produtivas no modo de produção capitalista. As exigências que o capital internacional têm feito aos países em desenvolvimento, principalmente desde a última década, vêm transformando as necessidades de educação (formal) das classes trabalhadoras, buscando maior aperfeiçoamento técnico. Antes, porém, questões básicas, como

saneamento e erradicação do analfabetismo devem ser colocadas como prioritárias aos setores sociais menos favorecidos, como é a maioria da população brasileira.

Diante disso, a questão que se coloca é discutir e propor alternativas viáveis sobre o papel das Universidades (que, entre tantas outras profissões, formarão os professores para o ensino fundamental e médio) diante de um mundo em rápida transformação conjugado com as determinações do grande capital, que muitas vezes não coadunam com as necessidades da sociedade. Esta resposta requer reflexão e deve ser aprofundada em várias instâncias, pois o papel dos países em desenvolvimento sempre foi o de submissão às nações do centro dinâmico da economia e política mundial. Cabe, portanto, a estes primeiros encontrar soluções que combinem as necessidades de um ensino de qualidade com as imensas demandas sociais que estão sendo requeridas.

Isto tem relação com o fato de que a exaltação da tecnologia seria a solucionadora para todos os males da humanidade. Entretanto, a transformação da tecnologia em mercadoria, portanto, passível de ser comercializada, coloca os países subdesenvolvidos no papel de consumidores de novas tecnologias, o que amplia ainda mais as desigualdades na divisão internacional do trabalho. Sendo assim, o discurso atual de governos, instituições internacionais e de Organizações Não-Governamentais (nacionais ou estrangeiras) em relação às Universidades (públicas ou privadas) é o de transferir sua função de produtora de conhecimento científico para ser um apêndice do capital, dando uma "utilidade" ao seu papel social. Com isso as Universidades se tornam produtoras de um saber voltadas ao mercado de trabalho, excluindo-se a pesquisa como fonte básica na aquisição de novos conhecimentos.

Nos campos social e educacional, isto torna o Ensino (Fundamental, Médio e Superior) uma mercadoria, reprodutora das necessidades de grandes grupos empresariais, que, para a redução de custos de produção e melhores oportunidades de investimentos, inserem na economia destes países novíssimas tecnologias. Isto significa transformar o ensino e o educando numa parte da engrenagem da ciência, da técnica e da cultura a serviço do sistema capitalista.

O atual discurso neoliberal da escolarização inclusiva procura alternativas para a resolução dos problemas sociais a partir da lógica do mercado, condicionando professores a buscar uma formação individual, sendo responsabilizados pelos fracassos no processo

ensino-aprendizagem. Entretanto, não é individualizando o profissional da educação que se conseguirá melhorar a qualidade do ensino e a própria sociedade, pois o professor e o educando estão inseridos num contexto pluri-social, com dinâmicas que fogem às leis de mercado.

De outra parte, a fragmentação do ensino demonstra as carências de uma universalização do saber; isto é, ao compartimentalizar o conhecimento, este é direcionado a uma perspectiva "mais técnica". Devido às necessidades de expansão econômica, reduz a função do professor como mero reprodutor de conhecimentos originados fora do seu contexto educacional e além do ambiente de sua comunidade. Aliado a tal fato, a precarização da profissão docente, principalmente por não dar estabilidade no emprego e razoáveis condições de trabalho, entre outros problemas, têm reduzido ainda mais os níveis de escolarização, além de originar falta de motivação profissional.

Para que haja uma real perspectiva integradora entre a Geografia (considerando a relação sociedade/natureza e a organização do espaço e suas múltiplas determinações) e outras ciências, é necessário criar e se utilizar de metodologias e instrumentos que busquem a interação entre a construção e a reconstrução do conhecimento, numa perspectiva de totalidade, de tal modo que o educando possa refletir sobre o presente/passado e discutir o futuro numa ação recíproca entre a sociedade e a natureza e a comunidade na qual está inserido.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO JUNIOR, A. M. de. **A indústria de bens de capital no estado de São Paulo: da gênese aos problemas atuais**. 2003. 272p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BOTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 dez. 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 ago. 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

- BRABANT, J-M. Crise da Geografia, crise da escola. In: OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998 (Coleção Repensando o Ensino).
- DAHLMAN, C.; WESTPHAL, L. A transferência de tecnologia. **Finanças e Desenvolvimento**, Washington, vol. 3, n. 4, p. 6-9, dez. 1983 (trimestral).
- GENTILI, P. A. A. O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. da. (Orgs.). 2. ed. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GLOBALIZAÇÃO aumenta desigualdade, diz ONU. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Folha Dinheiro, p. B1, 25 fev. 2004.
- GORENDER, J. Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização. **Estudos Avançados**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, v. 9, n° 25, p. 93-112, set.-dez. 1995.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2000 (Coleção Primeiros Passos).
- LEITE, I. Globalização, transformações no mundo do trabalho e profissão docente: implicações e dilemas. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 6, p. 67-75, 2001.
- LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- MAMIGONIAN, A. Tendências atuais da geografia. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 171-178, jul.-dez. 1999.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os Pensadores).
- NÓVOA, A. Diz-me como ensinas, dir-te-ei quem és e vice-versa. In: FAZENDA, I. (Org.) **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1995, p. 29-41.
- OHMAE, K. **O mundo sem fronteiras**. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.
- OLIVA, J. T. **Ensino de Geografia: um retrato desnecessário**. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

- PESAVENTO, S. J. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1989-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 5-34, out.-dez. 1981.
- RAUD, C. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da Furb, 1999.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Por uma economia política na cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 80-99, jul. 1977.
- SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- SORRE, M. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1984.
- VESENTINI, J. W. Geografia Crítica e ensino. In: OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998 (Coleção Repensando o Ensino).